



®

ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO DE CONTRATO DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE

**Ref. Chamamentos Públicos 01, 02 e 04/2022 (Hospitais de
Formosa; São Luís de Montes Belos e Luziânia)**

O **INSTITUTO PATRIS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 37.678.845/0001-40, com sede na Rua Antônio João, 276, Sala 02, CEP: 78058-444, cidade de Cuiabá/MT, qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 9.994/2021, neste ato representado pelo seu Presidente **VITTOR ARTHUR GALDINO**, com fulcro no Item VII do Edital, vem respeitosamente à presença de Vossas Senhorias, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO**, em face do Resultado Preliminar de Habilitação, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

↑.

1. DO RESULTADO PRELIMINAR

1.1. DA INABILITAÇÃO DO INSTITUTO PATRIS

Constata-se que a ilustre Comissão Interna de Contrato de Gestão em Serviços de Saúde, decidiu por inabilitar o Instituto Patris, com a seguinte fundamentação:

"d) Instituto Patris: 1) O Art. 21, §1º, inciso III, "b" do Estatuto Social determina que membros deverão ser eleitos pelos demais membros integrantes do Conselho de Administração, ocorre que a ata da Assembleia Geral realizada aos 7 de março de 2022 é realizada pela Assembleia Geral, ou seja, pelo quadro de associados, e não pelos próprios membros do Conselho de Administração, de modo que não atendeu nem a previsão estatutária, nem a Lei 15503/2005. Verifica-se que dos 5 membros listados no Conselho, no início da reunião, conforme listagem contida na folha 26 e apresentada pela concorrente, constavam apenas os senhores André Gomes e Daniel Sguarezi Mussa de Moraes, ou seja, além da eleição ter se dado pela Assembleia Geral e não pelo Conselho de Administração, sequer estavam presentes no momento, os membros do Conselho de Administração, capazes de escolher seu presidente e demais membros da alínea "b" – pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral.

Primeiramente, registra-se que o Estatuto do **Instituto Patris** foi validado e aprovado pela Procuradoria Geral do Estado de Goiás, antes da publicação do Decreto que o qualificou como Organização

Social, a qual, inclusive, ratificou o total cumprimento da Lei nº 15.503/05.

Com relação à eleição dos membros integrantes do Conselho de Administração ter sido formalizado na Ata de Assembleia Geral realizada em 7 de março de 2022, esclareço que tal procedimento se dá em razão do artigo 17, X, do Estatuto Social do Instituto Patris. Senão vejamos:

Art. 17 – Compete à Assembleia Geral:

(...)

X – eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Conselho Diretor;

Em razão disso, a Ata de eleição do Conselho de Administração, onde participaram **TODOS** os conselheiros, fora ratificada pela Assembleia Geral do Instituto Patris, que possui por Lei, soberania sobre todas as demais composições estatutárias.

No caso trata-se de uma **assembleia una** (que no mesmo ato acolheu a indicação dos conselheiros eleitos e também ratificou por assembleia geral), que no caso de Mato Grosso é gerado conforme apresentado, não competindo ao Instituto Patris interferir nas normas cartorárias.

Em outras palavras, o que abona não prejudica, afinal a assembleia geral é órgão soberano do Instituto, consequentemente superior ao conselho de administração. Além do que, os conselheiros encontravam-se presentes na mesma ata, servindo a Assembleia Geral como ato de **confirmação ou ratificação**.

Talvez por não ter sido exigido no edital, essa ilustre Comissão entendeu pela inabilitação do Instituto Patris, por não verificar a presença de todos conselheiros na lista de presença, contudo, apesar da fé pública dos atos cartorários e até mesmo por essa Organização Social - que declara cumprir todos os requisitos do edital -, esclareço que a verificação da presença dos 5 membros listados no Conselho, consta da certidão de inteiro teor obtida junto ao Cartório de 1º Ofício de Cuiabá/MT, (**Anexo 01**), comprovando que na Ata da Assembleia Geral de 07/03/2022, encontravam-se presentes todos os membros do Conselho de Administração, principalmente para a eleição de seu Presidente, dentre eles:

- **CONSELHEIRO 01:** ANDRÉ GOMES BORGES
- **CONSELHEIRO 02 e Presidente do Conselho de Administração:** GUILHERME ABRAAO SIMÃO DE ALMEIDA
- **CONSELHEIRO 03:** DENILSON NASSARDEN PAIVA
- **CONSELHEIRO 04:** FRANCISCO JAMMAL SIMÃO DE ALMEIDA
- **CONSELHEIRO 05:** THACYANE DUARTE DE MORAES

Com relação a suposta ausência dos membros do Conselho de Administração, esclareço que a página 26 dos documentos de Habilitação (*indicada expressamente na inabilitação*), consta apenas os nomes dos **Membros Fundadores** do Instituto Patris e não a qualificação total dos participantes da aludida Assembleia, da forma como exige o respectivo Cartório.

Vejamos:



- Quórum: Compareceram na assembleia as pessoas assim relacionadas, contemplando **quórum de maioria absoluta do Instituto, dentre seus membros fundadores:**

- André Gomes Borges, brasileiro, casado em regime parcial de bens, empresário, portador do RG: 14086298 SSP/MT, e devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº 007.434.581-84, nascido em 20/09/1985, filho de Francisco da Silva Borges e Clotildes Gomes Borges, residente e domiciliado na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, sito a Avenida Fernando Correa da Costa, Nº 529 – A, Bairro: Parque Ohara, CEP: 78.080-300

Entretanto, em que pese os Conselheiros não constarem da relação de **MEMBROS FUNDADORES**, por de fato não o serem, **os mesmos participaram da presente Assembleia, conforme certidão de inteiro teor (Anexo 1), que detalha exatamente as pessoas que participaram do ato, com suas assinaturas, dentre eles todos conselheiros.**

Esclarecida a composição do conselho e sua eleição, via ratificação da Assembleia Geral, passa-se ao segundo tópico Resultado Preliminar:

2) Ademais não há qualquer especificação nos autos, capaz de se verificar se a composição de membros associados, membros de notória capacidade e membros eleitos pelos empregados está de acordo com a Lei 15503/2005, dessa forma **não há demonstração alguma da regularidade de seu Conselho de Administração.**

No caso do segundo apontamento, observa-se que o Edital não fez nenhuma exigência com relação a tal especificação. Em que pese o edital exigir uma gama imensa de documentação, em momento algum

foi requisitado alguma especificação sobre a “*composição de membros associados, membros de notória capacidade e membros eleitos pelos empregados*”.

Os documentos apresentados pelo Instituto Patris são os mesmos apresentados por todas as outras Organizações Sociais que participaram do certame, não sendo justo, razoável, proporcional e impessoal, exigir essa demonstração apenas do Instituto Patris, a qual, inclusive, já se encontra no rol de documentos de habilitação entregues a essa Pasta.

Lembrando que essa Recorrente apresentou às fls. 106/108, os esclarecimentos quanto a composição do Conselho de Administração, detalhando especificamente a forma de eleição de cada membro, nos termos das alíneas “a”, “b” e “c”, do artigo 21, III da Lei nº 15.503/2005, conforme abaixo citado:

Dos membros do Conselho acima citados, temos que:

a) ANDRÉ GOMES BORGES e GUILHERME ABRAÃO SIMÃO DE ALMEIDA compõe o Conselho de Administração na forma prevista no artigo 3º, inciso I, alínea “a” da Lei Estadual nº 15.503/2005 e artigo 21, inciso III, alínea “a” do Estatuto Social do Instituto Patris;

b) DENILSON NASSARDEN PAIVA e FRANCISCO JAMMAL SIMÃO DE ALMEIDA, compõe o Conselho de Administração na forma prevista no artigo 3º, inciso I, alínea “b” da Lei Estadual nº 15.503/2005 e artigo 21, inciso III, alínea “b” do Estatuto Social do Instituto Patris;

c) THACYANE DUARTE DE MORAES compõe o Conselho de Administração na forma prevista no artigo 3º, inciso I, alínea “c” da Lei Estadual nº 15.503/2005 e artigo 21, inciso III, alínea “c” do Estatuto Social do Instituto Patris;

Sendo o necessário para expor.

Cuiabá/MT, 11 de março de 2022.



Em complemento, apresentou-se a lista de membros associados, que demonstram que THACYANE, DENILSON e FRANCISCO, **não compõe o Instituto Patris como membros ou associados**, mas sim como pessoas eleitas na forma das alíneas “b” e “c” supracitadas (fls. 109/111), atingindo as exigências do Estatuto, do Edital e da própria Lei.

1.2. DA POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGENCIAS

Prezada Comissão de Chamamento, outro ponto que deve ser analisado em relação a prematura inabilitação do Instituto Patris está na possibilidade de se fazer diligências em relação aos documentos pré-existentes no envelope de Habilitação.

O ponto de dúvida suscitado pela eminente Comissão foi em relação a presença dos demais membros do Conselho de Administração na Assembleia Geral conjunta realizada em 07 de março de 2022.

A Certidão de Breve Relato ora apresentada, tem o condão de comprovar a presença de todos os membros do Conselho de Administração na Ata do dia 07/03/22, comprovando assim que houve o total cumprimento do Estatuto Social e da Lei Estadual nº 15.503/05, fragilizando o principal ponto ocasionador da inabilitação.

O TCU recentemente exarou o Acórdão nº 1.211/2021, o qual colaciona a possibilidade de aceitar documento posterior que serve para comprovar fato constante originariamente no envelope. Vejamos:

ACÓRDÃO Nº 1211/2021 – TCU – PLENÁRIO. PROCESSO
Nº TC 018.651/2020-8.

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. **1. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado** (fim). 2. O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da

Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

Portanto, a **Certidão de Breves Relatos ora apresentada, por tratar-se de documento que visa esclarecer dúvidas com relação a composição do Conselho de Administração suscitada no resultado preliminar divulgado, de documento já constante no processo e originariamente entregue no envelope de habilitação**, pode o presente ser considerado para comprovar o cumprimento da regra do Estatuto, da Lei 15.503/05 e do Edital dos certames em epígrafe.

Lembrando ainda se tratar de documento público oficial registrado pelo Cartório de 1º Ofício de Cuiabá/MT, que possui fé pública e validação de seus atos pelo Poder Judiciário, o qual apenas narrou os fatos acontecidos na Ata de Assembleia Geral ocorrida em 07/03/2022.

Ademais, utilizando como analogia o Despacho nº 1637/2021-GAB, nos autos do Processo nº 202100010029274, relacionado ao Chamamento Público nº 05/2021, de lavra da Exma. Sra. Juliana Pereira Diniz Prudente, Procuradora-Geral do Estado de Goiás, conclui-se que é imprescindível a diligência, antes da inabilitação.

Eis trecho do supracitado despacho:

↑.

*“20. A considerar, porém, as peculiaridades em torno do credenciamento escorado no §2º do art. 2º da Lei Estadual nº 15.503/2005, relativamente às chamadas “organizações sociais interfederativas”, cabe aconselhar à comissão de chamamento público para, **mediante uso da prerrogativa de requisição de diligências no curso do procedimento seletivo, conceder a pretensa parceira, antes da decisão por fortuita inabilitação**, a oportunidade de comprovar que sua qualificação se deu pelo aventado regime singular e que o respectivo estatuto não sofreu alterações desde então, de modo a demonstrar que à época da sua titulação junto ao Estado de Goiás já se encontrava com a composição, a maior, do número de membros ou associados no conselho de administração, mas condizente com a legislação reitora da titulação previamente obtida perante a União, os demais Estados ou o Distrito Federal” (grifo nosso)*

Logo, requer seja considerada a documentação anexa como forma de diligência, suficiente capaz de comprovar que todos os conselheiros participaram da Ata da Assembleia Geral de 07/03/2022, satisfazendo, portanto, os cumprimentos do Estatuto Social.

1.3. DO CUMPRIMENTO AO EDITAL

Conclusivamente, insta salientar que o Instituto Patris cumpriu as exigências do edital, especificamente com relação ao Item 5.3 do edital (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO), a qual apresenta-se do checklist abaixo:



ITEM		PÁGINA
5.3.	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	
A	Estatuto Social em vigor e certidão narrativa das últimas alterações	05-24
B	Ata de Eleição dos membros da Diretoria	26-34
C	Relação nominal de todos os dirigentes da Organização Social, com documentos pessoais (CPF, RG e Comprovante de Endereço)	36-54
D	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;	56-57
E	Prova de Regularidade junto a Fazenda Nacional;	59
F	Prova de Regularidade junto a Fazenda Estadual;	61-62
G	Prova de Regularidade junto a Fazenda Municipal;	64
H	Prova de Regularidade Junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;	66
I	Balanco Patrimonial (Termo de Abertura e Encerramento; Balanco Patrimonial; Demonstração de Resultado do Exercício – DRE; Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital;);	68-74
i.1	Não Aplicável	
i.2	Termo de abertura e Encerramento;	
i.3	Índices de Liquidez	
J	Lista de Declarações	75
j.1	Declaração de Validade Jurídica da Proposta;	76
j.2	Declaração de Cumprimento das Leis Trabalhistas, prevista no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988;	77
j.3	Declaração de Visita Técnica	78-79
j.4	Declaração de Conhecimento/Cumprimento da Resolução Normativa nº 013/2017 do TCE/GO;	80

j.5	Declaração de Conhecimento/Cumprimento da Lei Estadual nº 15.503/2005	81
j.6	Declaração que irá observar e cumprir todas as especificações presentes no Edital de Chamamento Público nº 11/2021, Termo de Referência e seus Anexos, Contrato de Gestão e seus Anexos Técnicos	82
j.7	Declaração do representante legal de que não ocupa Cargo ou Função de Chefia ou Assessoramento, em qualquer nível, na área pública de saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS	83
K	Comprovante de registro no Conselho Regional de Medicina – CRM e Conselho Regional de Administração – CRA do Estado sede da instituição	85-87
L	Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;	89
M	Cópia do Decreto Estadual ou a publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás que qualificou a instituição como Organização Social de saúde no âmbito do Estado de Goiás.	91
N	Documento de aprovação, por parte do Conselho de Administração, da proposta do contrato de gestão, nos termos do inciso II do art. 4º da Lei Estadual nº 15.503/05	93-95
O	Mídia digital contendo o arquivo eletrônico de toda a documentação apresentada também na fase de habilitação	97
P	Ata de eleição do atual Conselho de Administração e lista de associados, com o competente registro em cartório.	99-113



Logo, por ter cumprido todas as exigências do edital dos Chamamentos Públicos em epígrafe, requer o processamento do presente recurso, com seu provimento, declarando a habilitação do Instituto Patris, por tratar da medida mais justa, isonômica, razoável, proporcional e impessoal existente.

Em outras palavras, não deixou de juntar nenhum documento exigido no edital.

2. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer seja reconsiderada a decisão que inabilitou o Instituto Patris dos editais de Chamamento Público nº 01, 02 e 04/2022, considerando-o apto a participar da segunda fase dos certames, qual seja, a avaliação da Proposta de Trabalho, com sua consequente habilitação prévia.

Termos em que,

Pede deferimento,

Cuiabá/MT, 23 de março de 2022.

Vittor A. Galdino
VITTOR ARTHUR GALDINO
Presidente